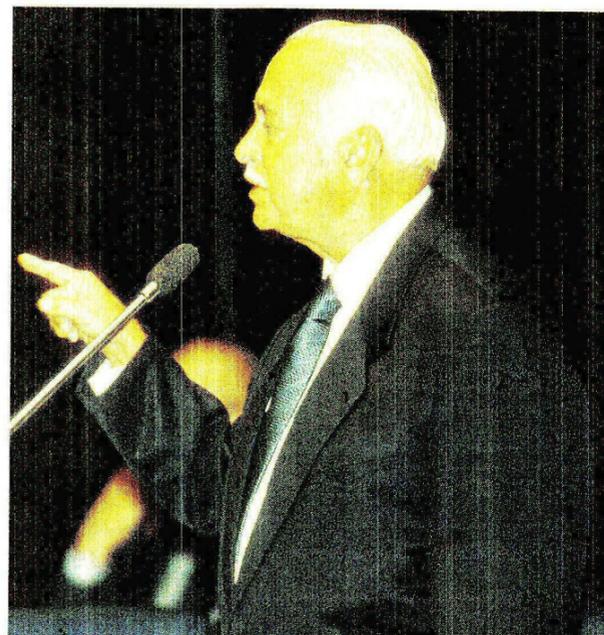


Fotos: Carlos Moura



JADER E ACM, INIMIGOS DECLARADOS HÁ QUASE DOIS ANOS, DISCURSARAM EM HARMONIA NA SESSÃO DE ONTEM: MAS OS DOIS GARANTEM QUE NÃO FIZERAM ACORDO

# Um tiro no pé

Olimpio Cruz Neto  
Da equipe do **Correio**

O presidente do Congresso, Jader Barbalho (PMDB-PA), roubou ontem a cena do crime da violação do painel eletrônico do Senado. Quando todas as expectativas estavam voltadas para a acareação entre os senadores Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA), José Roberto Arruda (Sem partido-DF) e a ex-diretora do Prodasen Regina Borges — marcada para hoje — o senador paraense chamou os holofotes para si. Terminou o dia como coadjuvante de um enredo para o qual não gostaria de estar escalado. Numa atrapalhada estratégia, Jader atraiu as atenções proferindo um discurso que, na tentativa de desmentir um suposto acordo para poupar ACM, tumultuou ainda mais a crise política e transformou o que seria um mero desmentido em desconfiança.

“As minhas divergências com o senador Antonio Carlos Magalhães não estimulam, como presidente desta Casa, nenhuma violência contra o seu mandato”, disse. “Ninguém vai ouvir da minha boca outra manifestação que não seja o equilíbrio”. O discurso soou estranho e surpreendeu os 54 senadores que estavam presentes à sessão. Inclusive Antonio Carlos, com quem Jader tem uma divergência pessoal. A briga da dupla começou há quase dois anos e rachou a base de sustentação do governo. ACM também fez questão de negar o que seria um acerto para livrá-lo da cassação: “Não existe acordo nenhum”, disse.

Na tentativa de mostrar que não teme ser investigado, Jader jogou para a platéia. Claramente motivado pela decisão do Ministério Público do Pará de reabrir as

investigações do caso Banpará (leia reportagem na página 11), o presidente do Senado anunciou que apresentaria hoje um projeto de decreto legislativo que permitiria ao Supremo Tribunal Federal (STF) abrir qualquer processo contra ele, sem a necessária autorização do Senado. Isso porque o tal projeto daria, antecipadamente, a autorização, levando-o a abrir mão da imunidade parlamentar. “Espero que a Casa não me negue esse direito”, afirmou. “Fiz isso para mostrar aos que desejam me ver no meio dessa acareação que eles são viúvas que choram a derrocada do seu líder”, disse ao **Correio Braziliense**, voltando a negar que tivesse costurado um acordo. “Não tenho nada a ver com a violação do painel e nem conversei com Antonio Carlos. Não tem acordo para livrar ninguém”, comentou, depois de ter dito, na tribuna, que não seria ele o algoz do desafeto político.

O tal pedido para quebrar sua imunidade era só bravata, como identificou o líder do PT no Senado, José Eduardo Dutra (SE). Trazendo nas mãos algumas decisões do Supremo Tribunal Federal (STF), Dutra lembrou que não há como um parlamentar abrir mão de sua imunidade. E desmascarou o gesto do presidente do Senado. Alertando que é a Constituição Federal que assegura a imunidade o líder petista foi direto: “Não é facultado a ninguém abrir mão dela, porque a imunidade é inerente à função do Legislativo”, disse, citando decisão do STF.

## IRONIAS

O factóide de Jader tinha como objetivo mostrar que ele, diferentemente de ACM e Arruda, não tem contra si nenhuma denúncia concreta em curso no

Senado. “Não posso ficar aceitando esse tipo de acusação mesquinha, de avacalhação”, discursou, referindo-se às denúncias publicadas na imprensa de seu envolvimento com irregularidades na Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (Sudam), cuja extinção resultou na criação de uma agência de desenvolvimento (leia reportagem na página 14). “Não há problema nenhum no Senado em relação à minha pessoa”, disse Jader, que foi sócio do empresário José Osmar Borges, acusado pelo Ministério Público Federal de ter desviado R\$ 113 milhões em projetos financiados com recursos da Sudam.

Contrariando conselhos de correligionários e assessores, Jader abriu a guarda ao descer da cadeira da presidência para fazer o discurso na tribuna. Falou por quase uma hora e meia, mas cometeu um equívoco. Ao se referir ao caso da violação do painel eletrônico, insistindo que nada tinha com o assunto, tocou no nome do relator do processo no Conselho de Ética do Senado, Saturnino Braga (PSB-RJ). Falou em seu nome de maneira deselegante. “Se o senador Saturnino Braga não tiver cuidado, vai me incluir no relatório do painel”, ironizou.

Foi a senha para que, em aparte, Saturnino levasse o presidente do Senado a uma situação delicada. Ao lembrar que toda a origem da crise política nasceu da troca de acusações entre ACM e Jader, ainda em abril do ano passado, Saturnino foi incisivo. “O Conselho de Ética faz julgamentos de natureza política. Não se fundamentará nas acusações que Antonio Carlos fez a Vossa Excelência (de envolvimento com irregularidades do Banpará), que são gravíssimas mas que estão na esfera do Ministério Público”, advertiu.

## RAZÃO

E bateu mais ainda: “Amanhã, Vossa Excelência pode vir a ser julgado por ter faltado com a verdade, pois está envolvido neste caso (Sudam) e pode ser julgado, sim. As duas coisas são distintas — o painel e a sua situação —, mas há senadores do PMDB que não gostaram, quando Vossa Excelência negou que nada tinha a ver com Osmar Borges, mas, depois, se mostrou que Vossa Excelência e sua esposa (Márcia Centeno) tinham negócios com ele. Vossa Excelência faltou com a verdade perante seus companheiros”. Teoricamente, o que pesa contra Antonio Carlos e Arruda foi o fato de que ambos negaram qualquer envolvimento com a violação do painel e se viram depois obrigados a se desmentirem (leia reportagem na página 8).

O contra-ataque do senador do PSB pegou o presidente do Senado de surpresa. “O julgamento que se faz aqui é de outra natureza e, além do mais, até Vossa Excelência poderia também ser julgado”, respondeu Jader, referindo-se ao próprio Saturnino. “Sou bacharel em Direito. Vossa Excelência é engenheiro. A minha visão do processo é diferente”, reagiu Jader, mostrando que a censura imposta a ele e a ACM pelo Conselho de Ética, em dezembro do ano passado, era um caso diferente. Ambos foram censurados pela troca de acusações recíprocas de corrupção. Saturnino disse que não estava fazendo um julgamento prévio. “Não estou cometendo nenhum abuso de interpretação, mas seguindo o regimento”, desenvolveu. Ontem à noite o senador Ramez Tebet, relator da Comissão de Ética, contabilizava 9 votos a favor da cassação de ACM e Arruda e 6 contra.